

**LUZIETE DA COSTA LINHARES**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
EDUCAÇÃO CONTINUADA E O TELECURSO 2000  
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL?**

Rio de Janeiro  
2º semestre de 2005

**LUZIETE DA COSTA LINHARES**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
EDUCAÇÃO CONTINUADA E O TELECURSO 2000  
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL?**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de  
Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e  
Educação da UNIRIO, como requisito para  
obtenção do grau de Licenciatura,  
orientada pela professora  
Gilda Grumbach.

Rio de Janeiro  
2º semestre de 2005

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
CURSO DE PEDAGOGIA  
LUZIETE DA COSTA LINHARES**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
EDUCAÇÃO CONTINUADA E O TELECURSO 2000  
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL?**

Trabalho apresentado à disciplina  
MonografiaII, como requisito de avaliação  
Orientado pela professora  
Gilda Grumbach.

Rio de Janeiro  
2º semestre de 2005

**LUZIETE DA COSTA LINHARES**

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
EDUCAÇÃO CONTINUADA E O TELECURSO 2000  
INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL**

Avaliado por:

---

Profa. Ligia Martha Coimbra da Costa Coelho  
(UNIRIO)

Data: 08/12/2005

Rio de Janeiro  
1º semestre de 2005

## DEDICATÓRIA

AGRADEÇO AO  
MEU PAI (in memorian) E MÃE,  
AO MEU MARIDO E FILHOS  
PELA COMPREENSÃO  
QUE DEMONSTRARAM  
TODAS AS VEZES  
QUE TIVE DE ME PRIVAR  
DA COMPANHIA DELES

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS,  
A MINHA ORIENTADORA,  
A MINHA FAMÍLIA,  
AS MINHAS COLEGAS E AOS  
ALUNOS QUE CONTRIBUÍRAM  
COM AS INFORMAÇÕES  
NECESSÁRIAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO  
DA PESQUISA



**EPÍGRAFE**

BRASIL  
MOSTRA A TUA CARA  
QUERO VER QUEM PAGA  
PRA AGENTE FICAR ASSIM  
BRASIL  
QUAL ÉO TEU NEGÓCIO?  
O NOME DO TEU SÓCIO  
CONFIA EM MIM

CAZUZA

## RESUMO

O objetivo desta monografia foi verificar as causas da evasão do projeto de Educação Continuada realizado pela UNIRIO, por meio da CEAD. Este projeto pretendia capacitar os funcionários da Universidade através do ensino a distância, utilizando o material do TELECURSO 2000.

A metodologia utilizada foi observar alguns encontros presenciais do grupo, entrevista com as orientadoras de aprendizagens e uma avaliação do material didático do Telecurso 2000 que é largamente utilizado no Brasil, nas mais variadas instituições, tais como sindicatos, empresas, igrejas, presídios e até mesmo em instituições oficiais da rede pública de ensino. Este material se propõe desenvolver a educação para o trabalho e para a cidadania, nesse sentido acreditamos poder chamar de movimento de inclusão social, já que se destina ao público jovem e adulto que não foi à escola na idade considerada apropriada.

O Telecurso 2000 se desenvolve nas bases de um discurso que parece defender a inclusão social do aprendiz no que diz respeito ao domínio das disciplinas trabalhadas no Ensino Médio, o que o colocaria em condições de igualdade com aqueles que concluíram o Ensino Médio, participando do sistema formal de ensino. Nossa hipótese é de que há um processo de exclusão expresso no material.

A análise da materialidade de nosso objeto de estudo tem por substrato teórico mostrar o discurso da sociedade do conhecimento e qualidade total, segundo Frigotto é a solução que encontraram para objetivar a competitividade em uma sociedade que se presume “tecnificada e globalizada”. A imagem durante a maioria das aulas do Telecurso 2000 posiciona o telespectador na articulação com o mundo do trabalho, além da noção



gramsciana de um processo hegemônico (GRUPPI, 1980), que contribui para uma melhor compreensão de como o sistema educacional está a serviço da ideologia dominante, e deseja fazer crer que é democrática e, portanto, incluyente, mas que é estruturalmente excludente. A análise articula, alguns projetos implantados para a massa da Educação de Jovens e Adultos e a máscara das propostas democratizantes e participativas.

Concluiu-se, ao final desta pesquisa, que nossa hipótese é verificada, o material pretende ser de inclusão, mas traz expressa em muitas aulas a exclusão, que está na base do sistema educacional ocidental como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação a distância, telecurso 2000, educação continuada, educação de jovens e adultos, EJA

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Introdução.....	
CAPÍTULO 2 – Bases Teóricas .....	
CAPÍTULO 3 – Metodologia .....	
CAPÍTULO 4 – Conclusão .....	
BIBLIOGRAFIA .....	
ANEXOS .....	
ANEXO A .....	
ANEXO B .....	

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo a aplicação de conceitos de educação a distância em uma situação prática de um projeto de Educação Continuada realizado pela UNIRIO, por meio da CEAD. O projeto pretendia capacitar os funcionários da Universidade através do ensino a distância, utilizando o material do TELECURSO 2000.

Após o início do curso, muitos alunos evadiram-se, mesmo com o apoio de professores desta Universidade e investimento do empregador, inclusive cedendo um local apropriado para as aulas e buscando atender da melhor maneira possível as necessidades do público-alvo.

Considerando o alcance social deste projeto que certificaria os alunos no Ensino Médio, possibilitando aos funcionários um caminho para melhoria salarial, pergunta-se qual a razão de tamanha evasão?

Esperou-se com este estudo, trazer subsídios para que a Universidade possa utilizar a Educação Continuada de seus funcionários com mais possibilidade de êxito.

Assim sendo pretendeu-se verificar quais as reais causas da evasão desses alunos que foram beneficiados com as aulas semi-presenciais do Telecurso 2000. As aulas contaram com orientadoras de aprendizagem, que eram alunas de graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

No contexto social, político e econômico em que vivemos, as pessoas no Brasil se deparam, cada vez mais, com a necessidade de acesso ao conhecimento. A educação passou a ser uma exigência para as relações do cotidiano de sobrevivência para a inserção no mercado de trabalho ou exigência para a permanência no mesmo.

A educação portanto, deve se preparar para formar os alunos para atuarem neste novo cenário.

O cenário que surge implica o uso intensivo das tecnologias de comunicação, e a Educação deve estar necessariamente vinculada ao seu tempo e ambiente.

As várias categorias de estágios da sociedade em relação à Educação devem levar em conta a mudança de paradigmas que ocorre de forma contínua, apesar de desigual.

Surge a Educação a Distância como uma alternativa viável em várias esferas da educação, ou seja, na demanda de grupos específicos em um contexto de alta renda e acesso tecnológico e em grupos dispersos geograficamente, com restrições de acesso às tecnologias, mas com urgente necessidade de atualização e formação muitas vezes gerada pela aceleração do conhecimento, causada pelo avanço tecnológico e da ciência. A diversidade do público e as diferentes possibilidades de acesso às mídias de cada grupo implicam a existência de diversos modelos de cursos e estratégias pedagógicas que deverão ser consideradas.

### Algumas definições:

Educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros. (MOORE,1973) (Belloni, Ed. a Distância, pág.25).

Educação a distância é uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meio técnico para mediatizar esta comunicação. Educação a distância é um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizados por: grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional. Ela inclui também a aprendizagem. (MOORE, 1990) (Belloni, Ed. a Distância, pag.26).

Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (Decreto nº 2494, de 10 fev 1998)

Moore afirma que o conceito fundamental da Educação a Distância (EAD) é muito simples, ou seja, alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes pelo tempo. Pode-se fazer um vínculo da EAD com os meios de comunicação tecnicamente disponíveis, que servem de meio para o contato entre as duas pessoas envolvidas com o ensino, onde a preparação e o “desenvolvimento de sala de aula” é realizado distante dos estudantes.

As novas tecnologias trazem expectativas de soluções rápidas para mudar a educação. Talvez não seja tão rápido, mas permite ampliar o conceito de aula, de espaço e de tempo, estabelecendo sempre novas pontes entre estar junto fisicamente e virtualmente.

A legislação brasileira conceitua EAD como:

*Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (Diário Oficial da União decreto n.º. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998)*

Partindo do princípio de que a Educação a Distância pressupõe o uso da mídia, este trabalho teve a televisão como o veículo da tecnologia mais próxima da população brasileira e hoje utilizada principalmente por algumas emissoras educativas.

Existe uma grande diferença entre ensinar e educar, ensinar estaria no âmbito de organizar tópicos para melhor compreensão do estudante, na educação o foco está além de ensinar, ou seja, integrar o ensino e a vida, conhecimento e ética de uma forma completa e totalitária.

Ensinar depende do estudante apreender o que está sendo passado pelo professor, o aprendente precisa querer aprender e estar apto para compreender o que se deseja passar.

O estudante precisa da maturidade, motivação e competência adquirida para o conhecimento pleno desejado.

A construção do conhecimento, a partir do processamento multimídico, é mais "livre", menos rígida, com conexões mais abertas, que passam pelo sensorial, pelo emocional e pela organização do racional; uma organização provisória, que se modifica com facilidade, que cria convergências e divergências instantâneas, que precisa de processamento múltiplo instantâneo e de resposta imediata (Moran 2000, pp. 148-152).

As diversas formas de processamentos da informação, citadas por Moran, são adquiridas conforme a bagagem cultural, a idade e dos objetivos de cada pessoa.

Na sociedade em que vivemos, de acordo com a rapidez com que nos deparamos com situações diferentes a cada minuto, passamos a utilizar cada vez mais o processamento

multimídico, onde o processo é generalista, não tem conceito aprofundado, hoje exige-se cada vez mais uma pessoa flexível que se adapte com rapidez as modificações.

A televisão é um meio de comunicação que nos acostuma a utilizar a narrativa com várias linguagens, sempre do sensorial para o concreto, valoriza a forma atraente da informação, em uma estrutura concisa passa valores fragmentados que dificulta o desenvolvimento da compreensão de temas mais abstratos e de menos envolvimento sensorial.

Na sociedade urbana atual há necessidade de respostas rápidas às perguntas imprevisíveis que são cada vez mais importantes, a adaptação a essa flexibilidade desenvolve pessoas com conceitos gerais, mas sem nenhum aprofundamento.

O ritmo cada vez mais agitado das informações transmitidas pela televisão com recurso audiovisual favorece a obtenção de informação imediata, embora de forma fragmentada. As pessoas não conseguem mais esperar, querem resultados imediatos.

A televisão traz para a tela situações do cotidiano, muitas vezes próximas da realidade do aluno e outras distantes do real desta comunidade. Entretanto, o poder da linguagem imagética facilita a compreensão de outras realidades que não estão tão próximas do estudante.

Em EAD, qualquer que seja o meio utilizado, a figura do tutor/facilitador tem o papel de facilitador da aprendizagem. Assim sendo deve conhecer profundamente o assunto, para transmitir segurança no que está passando e conquistar a credibilidade do estudante desta modalidade. Desta forma o tutor desperta no aluno: interesse, motivação, desenvolvimento de atitudes que facilitam o processo de aprendizagem e prazer no que está sendo feito.

O facilitador deve sempre se preocupar em estabelecer pontes entre a reflexão e a ação, entre a experiência e a conceituação, entre a teoria e a prática, buscando sempre alimentar ambos os lados.

O Educador deve sempre buscar trabalhar dentro de um contexto comunicacional participativo, interativo e vivencial.

É importante que as organizações busquem uma forma de evoluir na forma de ensinar, pois necessitam educar em ambientes mais significativos de confiança mútua, de cooperação e de autenticidade entre o facilitador da aprendizagem e o aprendente.

As tecnologias nos auxiliam nas coisas que realizamos no dia a dia, mas quando as pessoas estão abertas a estas mesmas tecnologias, elas ajudam a ampliar a comunicação e a buscar propostas inovadoras que facilitam as mudanças e nos ajudam a vivenciar processos participativos de ensinar e aprender, isto só é possível através de uma comunicação mais aberta, confiante, de motivação constante, de integração das possibilidades de pesquisa, num processo dinâmico de uma formação inovadora e integradora, buscando utilizar todas as habilidades disponíveis do tutor e aprendente.

Cada curso ou módulo a distância precisa buscar sua identidade educacional, com características específicas, criatividade e transformação.

O coordenador e/ou tutor devem saber e estar consciente da adaptação do programa previsto e trabalhar de acordo com a necessidade do grupo, criando sempre que possível conexão com o cotidiano, com algo que não é conhecido, buscando transformar este trabalho num processo investigativo.

Trabalhando com a flexibilidade, o tutor busca adaptar-se às diferenças individuais, respeitando assim os diversos ritmos de aprendizagem, integrando as diferenças do grupo com os contextos culturais. A organização do trabalho administra as divergências, os



tempos necessários, os conteúdos estabelecidos e os custos, estabelecendo parâmetros fundamentais para qualquer atividade.

A construção do conhecimento em EAD é um processo lógico-sequencial, normalmente se expressa na linguagem falada e/ou escrita, e os sentidos vão sendo construído aos poucos, em seqüência espacial ou temporal, dentro de um código pré-definido que é a língua com mais liberdade na fala pessoal e na escrita coloquial. A construção é lógica e coerente que vai se ramificando em várias trilhas possíveis. Este processamento através da mídia é mais flexível, com conexões abertas que perpassam pelo sensorial e pelo emocional, que pode se modificar com facilidade, a partir do momento em que a informação se torna significativa para o aprendente envolvido.

O Brasil continua caminhando em desvantagem, dado o contingente de brasileiros que não têm e não tiveram acesso à educação formal na idade considerada adequada. É nesse contexto que surge o TC2000 (Telecurso 2000).

O TC2000 sucede ao TC2°G(Telecurso 2° Grau), que foi resultado de um convênio entre a FRM (Fundação Roberto Marinho) e a FPA (Fundação Padre Anchieta). O TC2°G foi elaborado em um momento distinto, sob os olhares da ditadura e, portanto, sujeito a parâmetros específicos daquele contexto. Já o TC2000 configura-se a partir da percepção de uma nova realidade, a da globalização, que constrói um mundo extremamente competitivo e tecnologicamente avançado, que demanda mão-de-obra capacitada em todos os níveis.

Essa nova configuração do mundo do trabalho sob um regime democrático exige uma reformulação do projeto de educação a distância por parte da FRM.

Por acreditar neste material, alguns professores da UNIRIO resolveram se envolver nesse projeto, buscando atender as suas necessidades de recursos humanos mais capacitados à um novo mundo do trabalho, buscando assim apresentar um grupo de funcionários além de qualificados, inseridos no contexto da globalização. Para tanto, escolheram as aulas a distância do Telecurso 2000.

O Telecurso 2000 teve 393.442 alunos matriculados em 2004. Informação disponível em: (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17361.shtml>- acessado em 12/10/05).

O TC2000 é apoiado por instituições da esfera pública e privada, tais como: Canal Futura – pertencente às Organizações Globo; FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); Ministério do Trabalho e Emprego; Movimento Brasil em Ação do Governo Federal e Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Todas estas instituições mantêm links para o TC2000, além de disponibilizar o conteúdo do TC2000 para *download* via internet no site da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro.

O Telecurso 2000 se desenvolve nas bases de um discurso que parece defender a inclusão social do aprendiz, no que diz respeito ao conteúdo das disciplinas do Ensino Médio, o que o poria em condições de igualdade com aqueles que cursaram em tempo regular. Nossa hipótese é de que há um processo de exclusão expresso no material. Chegamos a esta hipótese com base em pesquisas de teóricos da educação que mostram a existência de um processo de exclusão na estrutura do sistema educacional.

O Telecurso 2000 1º e 2º Graus tem uma proposta que “está direcionada à formação do indivíduo para o mundo do trabalho, por meio de educação a distância, com uso de multimeios (TV, vídeo e material impresso)! (FRM, 1999). Tem público alvo de

jovens e adultos de 14 a 35 anos os quais pretende oferecer “a oportunidade de adquirir conhecimentos gerais, correspondentes às disciplinas básicas do ensino de 3ª a 8ª séries do 1º Grau” e das três séries do 2º Grau.”<sup>1</sup> (FRM, 1999). Há ainda o Telecurso Profissionalizante, que prioriza a área industrial.

O TC2000 utiliza, por recursos, vários meios: os programas de TV/vídeo, o Livro do Aluno, o Orientador de Aprendizagem e o Supervisor. Os programas de TV/vídeo objetivam mobilizar, motivar e orientar os alunos. O Livro do Aluno tem a característica de ser auto-instrucional, como convém a um livro para o ensino à distância. Tanto os programas de TV/vídeo como os livros devem ser complementados pelo uso de dicionários, jornais, livros etc.

O Orientador de Aprendizagem orienta o aluno durante o telecurso e conta com o amparo do Manual do Orientador de Aprendizagem e o apoio de um supervisor que pode ser do Globo ou da Instituição que estiver oferecendo o curso.

No Manual do orientador de Aprendizagem, o orientador encontra material de apoio às atividades que desenvolverá no acompanhamento do TC2000, com uma bibliografia complementar de cunho teórico-metodológico e sugestões de material administrativo, de avaliação e acompanhamento dos alunos. Junto ao supervisor, o orientador encontra orientações e acompanhamento pedagógico. Cabe ao supervisor também avaliar o desempenho dos orientadores de aprendizagem. Esses recursos materiais e humanos levarão os alunos à compreensão, fixação e aplicação dos conteúdos ao mundo do trabalho. É importante especificar que não há um professor a trabalhar com o aluno na tele-sala, mas um orientador. A figura do professor está embutida no vídeo que constitui o TC2000, o

---

<sup>1</sup> No momento da criação do Telecurso 2000, a nomenclatura que define os níveis da educação regular é 1º e 2º Graus, hoje denominados níveis fundamental e médio, respectivamente.

qual pode ser acompanhado de três modos diferentes: “recepção organizada”, “recepção controlada” e “recepção livre”.

Na “recepção livre”, o aluno estuda de modo autodidata, não contando com o auxílio de um orientador de aprendizagem em nenhum momento.

No caso do grupo em estudo, conceituava-se como “recepção organizada”, ou seja, reúne os alunos em um local determinado – a tele-sala – sob a coordenação do orientador de aprendizagem. A sugestão é de quinze minutos para assistir à tele-aula, seguido de quarenta e cinco minutos de estudo individual ou sessenta de estudo em grupo.

Na “recepção controlada”, existe semelhança com a “recepção organizada”, exceto pelo orientador de aprendizagem. Na recepção organizada, o aluno assiste à tele-aula sozinho ou em grupo. O aluno, contudo, inscreve-se em um “centro controlador” ou pólo, que visita semanalmente para esclarecer dúvidas junto ao orientador de aprendizagem. Nos modos “recepção organizada” e “recepção controlada” o orientador de aprendizagem estimula e promove a participação dos alunos no processo de aprendizagem.

O aluno, independentemente do modo de recepção que seleciona, está apto a se inscrever nos exames supletivos oferecidos pelas Secretarias de Educação.

A tele-aula está organizada de uma forma que lembra um livro didático, mesmo que seja um livro didático em movimento, pois é um trabalho desenvolvido para a televisão. Não há a figura explícita do professor, cujo papel é desempenhado por várias personagens.

As disciplinas estão divididas em aulas e são apresentadas em livros e vídeos. Os conteúdos das disciplinas estão organizados por fases, a carga horária de estudo individual

ou em grupo é calculada cerca de 2 horas para cada aula, distribuídos conforme as seguintes tabelas.

<b>Biologia</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	50	02	07	100

<b>Matemática</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	70	03	09	140

<b>Física</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	50	02	07	100

<b>Geografia</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	40	02	05	80

<b>História (Brasil/Geral)</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	40	03	10	80

<b>Inglês</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	40	02	05	80

<b>Língua Portuguesa</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomenda do)</b>
Ensino Médio	80	03	10	160

<b>Química</b>				
<b>Nível</b>	<b>número de aulas</b>	<b>Número de livros</b>	<b>Número de fitas</b>	<b>carga horária de estudo individual ou em grupo (recomendado)</b>
Ensino Médio	50	02	07	100

Cada disciplina tem uma estrutura de aula e busca sempre trabalhar com o contexto que simulem situações reais de comunicação. Toda tele-aula é dividida em seções que formam a estrutura de cada módulo, no final o aprendente é colocado a pensar sobre o que foi estudado na aula, em seguida vem a “Revisão”, onde os pontos principais são repetidos e no final da tele-aula é lançada uma pergunta ao telespectador. A tele-aula segue um padrão em sua composição. Há uma série de Seções que formam sua estrutura.

Por exemplo no módulo de Biologia inicia-se com uma história onde é apresentada uma situação do cotidiano, depois vem alguns exercícios, a seção “Você sabia” ou “Atenção” e no livro alguns módulos um “Quadro Síntese” onde o aluno completa algumas frases de um exercício com palavras retiradas do próprio texto da aula. Em seguida vem a “Revisão” e a pergunta ao telespectador.

No módulo de Matemática encontra-se a seção “Introdução” onde é apresentado o tema da aula, depois “Nossa Aula” descreve o assunto a ser estudado iniciando com uma situação do cotidiano, depois apresenta algumas atividades onde as fórmulas são apresentadas, depois na “Revisão” é retomado os pontos principais e a pergunta ao telespectador.

No módulo de Física encontra-se a seção “Para Começar” onde é apresentado através de uma história o tema a ser estudado, uma tentativa de estar mais próximo do aluno, alguns temas escolhidos estão bem distante da realidade do público alvo. Ex.: A patinadora que desliza no gelo (aula 11), outra aula inicia com um jogo de sinuca e no seu desenvolvimento são citados, o jogo de tênis, golfe e boliche (aula 18). Depois a seção “Fique Ligado” o tema a ser estudado é trazido para o cotidiano em várias situações diferentes para que o telespectador se visualize em uma das situações. Depois são apresentadas as fórmulas e a teoria passo a passo. Em seguida vem “Revisão” onde os assuntos principais são repetidos e a pergunta ao telespectador.

No módulo de Geografia é apresentado o tema que será estudado na aula, depois a aula é contextualizada pela importância do tema a ser estudado, em seguida é apresentado o conceito, ou seja, a matéria propriamente dita e para finalizar vem a “Revisão” e a pergunta ao telespectador.

No módulo de História encontra-se a seção “Nesta aula” onde é apresentado o conteúdo que será trabalhado, depois “O tempo não pára”, onde fatos históricos são debatidos e apresentados, os exercícios são apresentados no livro, e no vídeo os dados são apresentados para melhor compreensão das atividades. Em seguida vem a “Revisão” e a pergunta ao telespectador.

No módulo de Inglês encontra-se a seção “Vamos pensar um pouco?” - onde são encontrados algumas discussões de questões de gramática, vocabulário e pronúncia. Para o telespectador é sempre exibida uma seção de cinema mudo, acredita-se que ao escutar as conversas entre o lanterninha e a pessoa que assiste o filme, o telespectador aprenda inglês. Na seção “What’s up?” apresenta palavras em inglês que o brasileiro utiliza no dia-a-



dia mesmo sem perceber. Tem a “Revisão” e uma pergunta que se faz ao telespectador ao final da tele-aula.

No módulo de Língua Portuguesa encontra-se a seção “Cena-texto”, “Dicionário”, “Reescritura”, “Reflexão” e algumas aulas inclui “Redação no ar”, no final de cada tele-aula vem a “revisão” e a pergunta ao telespectador.

Na “Revisão”, como o próprio título deixa claro, revisa os tópicos introduzidos na tele-aula, seguida de uma seção que é exibida sob a forma de uma pergunta que é deixada ao telespectador reflita sobre ela, e acredita-se que responda até a próxima tele-aula. E, logo no início da tele-aula seguinte, essa pergunta é respondida.

O novo tópico a ser estudado é apresentado por uma das personagens, e, via de regra, essa apresentação se dá em situações que contextualizem esse tópico.

Durante as tele-aulas observadas, pude acompanhar os funcionários da UNIRIO que compareciam na sala cedida pela Universidade duas vezes por semana, tinham seus estudos guiados pelas duas orientadoras de aprendizagem que buscavam adequar as instruções de desenvolvimento das aulas ao ritmo dos aprendentes, inicialmente passavam o vídeo aula, e em seguida, tentavam sentir, através de uma pequena conversa, onde o grupo teve mais dificuldade. Os exercícios propostos nos livros eram feitos na tele-sala, a orientadora buscava uma interação com o aluno durante as atividades, em algumas disciplinas a interação ficava mais fácil como em Português e História (em alguns momentos), mas o mesmo não acontecia com a disciplina de Inglês, tudo parecia muito novo e fora da realidade daquele grupo. Durante esses momentos, onde faltava a interação, e conseqüentemente, a motivação do aprendente ficava um pequeno monólogo da orientadora de aprendizagem e os alunos somente redigiam as respostas em seus livros.

Durante a projeção dos vídeos os alunos passavam uma alegria em seus semblantes, demonstravam que gostavam da forma que as aulas eram produzidas, mas quando passavam para o conteúdo do livro, tudo ficava muito denso, porque no livro as atividades eram propostas de forma tradicional, desinteressante para os alunos, que passavam a ter um comportamento diferente do apresentado na exposição dos vídeos.

## CAPÍTULO II

### BASES TEÓRICAS

Alguns referenciais teóricos sobre a concepção moderna consideram a Sociedade da Informação (SI) como conseqüência direta das novas formas de organização, produção e circulação de produtos, serviços e bens culturais mundiais que têm se pautado no intenso uso das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC).

As formas de uma sociedade conhecer, pensar e sentir tem íntima relação com a época, a cultura e as circunstâncias técnicas que envolvem seu contexto histórico/social. Uma mudança técnica influi diretamente na dinâmica da sociedade, pois amplia seu universo de produção de bens materiais e simbólicos, e também as interações físicas e comunicativas entre homens-máquinas e homens-homens.

O intenso uso das tecnologias fez desenvolver a Sociedade da Informação no mundo, redefinindo a convivência das informações estratégicas, reorganizando as formas dos países se inserirem na sociedade internacional e no sistema econômico mundial.

Dentro de um amplo universo tecnológico, as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) formam um dos grupos mais dinâmicos e provocam um grande impacto na competitividade dos setores industriais e comerciais, pois ao encurtarem as distâncias e reformularem as noções de tempo e espaço sociais, influem na organização do trabalho e nos perfis de capacitação dos cidadãos/trabalhadores.

No século XX, "as próprias bases do funcionamento social e das atividades cognitivas modificaram-se a uma velocidade que todos podem perceber diretamente." (LÉVY, 1993, p.8), devido ao desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Hoje, os usos das TICs ditam regras às relações do mercado econômico global através de seu ritmo ágil de funcionamento, impondo produtividade, qualidade e competitividade, o que redefine o perfil de competências dos indivíduos e os modos como as organizações e a sociedade atingirão suas metas.

Neste novo contexto político e econômico, os países em desenvolvimento são os que vivenciam os mais diversos desafios relacionados à efetiva participação no mercado global e ao estabelecimento na Sociedade da Informação mundial. Eles, preconizam maiores níveis de participação e de competitividade e, por isso, articulam internamente e externamente estratégias políticas e de mercado para promoção do desenvolvimento nos setores político, econômico, cultural e social.

Desde o final do século passado, os países em desenvolvimento têm adotado políticas com iniciativas para estabelecerem-se na Sociedade da Informação. No entanto, cada país está construindo a sua SI em diferentes condições, de acordo com sua realidade sócio, político, econômico e cultural, traçando assim suas metas de desenvolvimento social. Mas, de modo geral, tem-se priorizado a questão do planejamento e desenvolvimento de tecnologias nacionais e a educação permanente dos cidadãos.

Assim, em cada época histórica, os cidadãos/trabalhadores foram sendo educados dentro das concepções que refletiam os modelos da divisão de trabalho de classes, atendendo as necessidades do poder econômico/produtivo vigente. Portanto, existiam

influências dos modelos de ação produtiva, baseados na relação do trabalhador com as máquinas/ferramentas que vigoraram nas empresas, nas relações sociais mais amplas.

Estudos sobre a educação ao longo da história apontam para influências da concepção dos modelos dos processos produtivos industriais no sistema educacional, desde o final do século XIX. A concepção taylorista do homem/trabalhador nas políticas educacionais esteve presente durante várias décadas e a educação formal seguiu a perspectiva do adestramento, configurando uma educação parcelada.

Quando o sistema fordista passou a predominar no sistema produtivo, a escola adotou um modelo de ensino baseado na nova divisão, especialização e hierarquização rígida do saber, semelhante à estrutura organizacional da produção nas empresas. Neste momento, o mercado necessitava de um trabalhador especialista, ou seja, não era preciso que o mesmo desenvolvesse sua capacidade criativa e inovadora, pois suas funções estavam pré-determinadas na empresa, tanto nas atividades administrativas quanto nas produtivas. Não havia, portanto, espaço para o desenvolvimento da autonomia e da criatividade.

A ideologia fordista de produção entrou "em crise" devido o processo de aceleração dos meios e das técnicas de produção pelas novas tecnologias, principalmente pela incorporação da microeletrônica. Entrou em cena o modelo toyotista, com ênfase nos processos de "qualidade total".

E, assim, cada modelo foi sendo "substituído" ou "remodelado" por um novo sistema produtivo e exigiu-se do trabalhador novas posturas e competências, ou seja, um novo tipo de formação. Cabe ressaltar, no entanto, que um modelo não eliminou de uma vez as características do outro, mas foi reajustando-se e redefinindo-se em alguns aspectos

para incorporação de novos modelos, um processo que requer dos trabalhadores esforços adaptativos, interpretativos e de aprendizagem continuada.

O mercado de trabalho modifica-se vertiginosamente em virtude da globalização e da revolução informatizada. Antigas profissões desaparecem e as que permanecem, mesmo aquelas mais tradicionais e conhecidas, têm seu perfil modificado, exigindo novas habilidades e conhecimentos. A revolução tecnológica torna as tarefas cada vez mais abstratas, obrigando o jovem trabalhador a utilizar cada vez mais o raciocínio e criatividade em vez de atitudes convencionais e retóricas.(...) (COSTA, 2003, p. 48-49)

O atual modelo produtivo está ligado às novas técnicas de produção, aos processos de automação e ao capitalismo flexível onde se exige dos trabalhadores maior maleabilidade nas funções. O contexto de economia e cultura globais, aponta para a necessidade de novas qualidades profissionais do trabalhador, alterando as características de seu perfil de competências tanto para a atuação no trabalho quanto na vida em sociedade. Observa-se, em todos os níveis organizacionais, o surgimento de novas ocupações e funções para o trabalhador, que necessitam contemplar maiores conhecimentos e responsabilidades e, por isso, sugerem um novo tipo de qualificação.

Nos dias de hoje as novas qualificações ou competências dos indivíduos dizem respeito à formação de um trabalhador polivalente, ou seja, com conhecimentos técnicos gerais, capacidade de análise crítica, interpretação e resolução de problemas, participativo, responsável pelo processo de produção e decisão, adaptável as freqüentes transformações do mercado de trabalho.

Em 2003, divulgaram pela mídia nacional um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) que tornou público o resultado de um estudo sobre a Educação mundial. Estudantes na faixa etária de 15 anos, de 41 países foram avaliados em

três competências consideradas básicas: leitura, matemática e ciências. O Brasil, teve um desempenho lastimável, ficando entre os piores resultados. (VEJA, p.53, 9 jul. 2003).

Os problemas educacionais continuam na pauta das discussões nacionais e internacionais entre educadores, governantes, empresários e outros setores da sociedade. Os governantes são pressionados, pela sociedade civil organizada e por organismos internacionais, a buscarem alternativas para modelo de educação vigente. Alternativas que conduzam a real democratização das informações e a produção de conhecimentos técnicos e científicos. Para isso, as novas propostas de ensino incluem a criação de espaços que darão aos cidadãos acesso à escolaridade formal de qualidade e também aos recursos tecnológicos. Neste momento, entram em cena, diversos projetos de reformulação do ensino regular e profissionalizante.

A Educação a Distância (EAD) com uso de tecnologias da informação e da comunicação, aparece em destaque por ser uma alternativa para suprir a demanda e atender a necessidades de flexibilidade no período de dedicação aos estudos pelos educandos.

Não são as novas tecnologias, no entanto, que predominam quando se pensa em oferecer a educação básica (Ensinos: Fundamental, Médio e Profissionalizante) via EAD. São as "antigas" tecnologias, como a televisão, que se destacam como meios de transmissão/mediação midiática de informações e de conteúdos curriculares, devido às facilidades para o acesso e o baixo custo.

O processo de aprendizagem através do diálogo para a construção do conhecimento partindo da experiência do aprendente, fazia parte da teoria humanista

proposta por Comenius que foi pioneiro na didática moderna e levava em consideração a interdisciplinaridade e as propostas de ensino envolvendo comunidade e escola.

Comenius divide a escolarização em quatro tipos de escolas, equivalentes às quatro fases da vida do ser humano até a juventude, são: a escola da infância, a escola primária ou escola pública de língua vernácula – a escola da puerícia; a escola de latim ou ginásio, a escola da adolescência; a academia e as viagens – a escola da juventude (COMENIUS, 1976, p. 410 apud BUFFA 2000 p.20). É destacado pela autora que somente os dois primeiros tipos estão destinadas a todos. Os outros tipos, apenas a alguns, provavelmente, os futuros condutores daqueles que só tiveram a oportunidade de frequentar somente os primeiros tipos de escolas, estes fazem parte de uma fração de indivíduos que não tiveram oportunidade de adquirir o conhecimento escolar.

Encontram-se evidências de que a educação é necessária, mas diferentes frações de escolaridades estão reservadas a diferentes indivíduos. Comenius nos mostra que os alunos, dentre outras coisas, devem aprender a obedecer aos que governam, não sob coação, mas voluntariamente, por amor à ordem (COMENIUS, 1976, p.125 apud BUFFA 2000, p.22). Em seguida coloca que a disciplina mais severa só deve ser aplicada pelo mestre quando o aluno extrapola os limites estabelecidos pelos costumes (COMENIUS, 1976, p.404 apud BUFFA 2000, p.22).

Pallares-Burke (2001, p.55) parece concordar com a interpretação de que não há uma atitude no sentido de se iluminar as massas. Escreve a autora que os iluministas defendem o ecumenismo racional, mas o desenvolvimento de toda a população não parece passar de discurso vazio. A autora explica que “[...] a *canaille* – assim era chamada a massa



ignorante – era comumente vista com temor ou com indiferença, e não havia sérias tentativas de educá-la para a autonomia, tal como rezava o credo iluminista.”

Comenius estava sintonizado com seu tempo, com o discurso da educação para todos, mas em dosagens diferentes.

Em tempos mais remotos alguns pensadores também se colocavam em relação ao livro didático, como Comenius.

A modernidade cria um homem que domina a natureza pela razão. Desse ponto, o método é fundamental para que haja ordem e disciplina. A produção em massa serve de modelo à escola, na qual há uma tarefa a realizar para cada instante do ano escolar. O professor ensina muitos alunos ao mesmo tempo, dividindo-os em classes, e sendo auxiliado por monitores, chefes de alunos e, principalmente, pelo livro didático (COMENIUS, 1976, p.279-281 apud BUFFA, 2000, p.22). Na leitura de Buffa concluímos que o livro didático é igual para todos os alunos. Ela explica que Comenius recomenda ainda o livro-roteiro para os professores, para que eles aprendam a utilizar o livro-texto adequadamente (COMENIUS, 1976, p.460 apud BUFFA, 2000, p.23). A questão do método permeia a produção, a construção do conhecimento e sua reprodução.

Pallares-Burke (2001, p.64-65) conclui que, tanto na posição daqueles que defendem um pouco de educação, quanto os que defendem a ignorância das massas, o objetivo é o mesmo. Os dois grupos buscam o controle do povo. O impulso que a educação popular ganha deve-se à crença na educação como potencializadora do controle dos trabalhadores.

No contexto educacional da educação popular é inserido o Telecurso 2000. Algumas disciplinas com o seu conteúdo voltado para uma educação tecnicista, orientada

para o trabalho. Esse projeto de educação a distância está estruturado a oferecer uma parte do conteúdo que deveria conhecer o trabalhador. O público alvo que normalmente utiliza este projeto, receberá o mínimo necessário para operar adequadamente a ele reservado, com a ilusão de que estará apto a se certificar, e este certificado abrirá portas para a continuidade dos seus estudos.

Gaudêncio Frigotto, em sua introdução ao livro *Modelo neoliberal e políticas educacionais* de Bianchetti (BIANCHETTI, 2001, p.9-10) lembra Marx, ter afirmado que o ciclo capitalista implica, primeiro, na apropriação do trabalho não pago (a lei da mais-valia) e, para seu fechamento, na venda das mercadorias, em que o lucro se realiza. Historicamente, a crise capitalista significa um pico de superprodução de mercadorias que não encontram compradores. Onde a lógica capitalista prevê uma busca incessante de produtividade, a crise de superprodução, passa a ser questão de tempo. Segundo o autor, a grande crise de 1929 é um exemplo clássico.

As políticas para a educação implantadas na América Latina sob as teses da descentralização e da autonomia são embasadas no modelo neoliberal, que no entender de alguns autores, há a intenção de desmontar a educação pública, que passa a ser mercantilizada. Paradoxalmente, esse desmonte marcha ao lado de um discurso que valoriza a educação, especialmente a básica, na esteira de outro discurso, o da sociedade do conhecimento e qualidade total. Segundo Frigotto (BIANCHETTI, 2001, p.14), a educação ressurgiu “como panacéia de competitividade numa sociedade tecnificada e globalizada”.

Nesse encadeamento, as políticas voltadas à educação que surgem do modelo neoliberal se pautam pela lógica econômica. Com isto, Bianchetti quer dizer que o modelo já antecipou esse pensamento, cabe ao estado prover a educação básica, como no

liberalismo inicial, restando ao mercado controlar o resto do ciclo educacional. Não é difícil concluir que o resto do ciclo educacional, já que será privado, estará com acesso quem puder pagar. Para convencer a sociedade como um todo de que é justo, o modelo neoliberal “muitas vezes mascara suas propostas como se elas fossem amplamente democratizantes e participativas”. (BIANCHETTI, 2001, p.114).

Reis Filho (1995, p.2) faz uma revisão cronológica dos altos e baixos da estrutura educacional: em 1930, a burguesia urbana ascende ao poder sem nenhum programa educacional; em 1934, o movimento dos Pioneiros da Escola Nova consegue fixar uma porcentagem dos recursos públicos no orçamento a ser destinada à educação; em 1937, com o Estado Novo, a escola pública é novamente abandonada ao arrocho salarial; em 1945, com a queda do Estado Novo, e em 1946, com a Constituição, a escola pública é retomada até 1988, momento a partir do qual o professor da escola pública tem seu salário arrochado novamente e a escola pública se deteriora. O autor finaliza esta questão mostrando que a política salarial de governantes reacionários torna impossível a escola pública de boa qualidade.

Ribeiro (2001, p.147), no que diz respeito à educação de jovens e adultos, conta que na década de 1940, a atenção das autoridades se volta para a educação primária que muitos brasileiros não possuíam. Em 1961, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com o decreto-lei 8.529/46, surge, então, o ensino primário supletivo, a ser completado em dois anos. Mais tarde surgiram os movimentos de educação popular com o objetivo da população adulta participar ativamente na vida política do país (RIBEIRO, 2001, p.171). Paulo Freire soma seus esforços no sentido de educar os analfabetos para que tomem posição na política nacional, concentrando parte das propostas, no Plano Nacional

de Alfabetização, extinto no dia 14 de abril de 1964, três meses após sua criação, como resultado do golpe de 31 de março de 1964, que culminou com a paralisação paulatina dos movimentos de educação popular (RIBEIRO, 2001, p.174-5).

Os militares prosseguem com a reorganização do sistema educacional, onde incentivam as atividades de vários grupos de especialistas brasileiros e norte-americanos, resultando em alguns acordos, MEC/USAID (RIBEIRO, 2001, p.190). Ribeiro (2001, p.192) nos lembra de que, antes de 1964, a alfabetização da população adulta se vincula à participação ativa na política do país. Após 1964, com a implantação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), o vínculo se faz entre alfabetização e participação na vida econômica. A autora enfatiza que a participação na vida econômica, não significa participação nos lucros, e sim, a possibilidade de emprego, como assalariado, em um novo modelo de acumulação acelerada do capital internacional.

Ribeiro (2001, p.192), ainda falando do Mobral, lembra que ele é parte do discurso que alega que a grandeza do Brasil esbarra, primeiramente, em termos educacionais, nos altos índices de analfabetismo. Se o Brasil pretende entrar para o rol das grandes nações, este é um problema a resolver. Ribeiro lembra que as ações governamentais para a alfabetização, são resultados de um efeito vindo dos governantes. Acreditam que muitos analfabetos, têm sido despertados para o direito à educação escolar, por outras forças políticas que têm elevado a bandeira da alfabetização.

O estudo da história da educação brasileira, nos remete a uma estrutura educativa que serve a um modelo social, que vê o trabalhador, como um recurso a ser utilizado na produção, e não como um cidadão, com direitos a serem observados. A análise encaminhada neste trabalho, pretendeu evidenciar essa posição, eleita para o modelo

educacional vigente pelos grupos sociais governantes, para manutenção dos privilégios à custa da situação de abandono a que submetem boa parte da população. Desse modo, a análise empreendida neste trabalho, focalizou a materialização dessa concepção de educação para as massas no discurso do Telecurso 2000.

A massa da Educação de Jovens e Adultos é citada na atual LDB, no seu Título V (Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (Da Educação Básica), a seção V (Da Educação de Jovens e Adultos). Os artigos 37 e 38 compõem esta seção. Logo, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média. Desta forma desaparece a noção de Ensino Supletivo que existia na Lei nº 5.692/71. Por isso o art. 37 diz que a EJA “será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Atualmente está em vigor o parecer CNE/CEB 11/2000 publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000 aprovado em 10.05.2000. O parecer começa citando o art. 13,1,d do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Assembléia Geral da ONU de 16.12.1966, promulgado no Brasil pelo decreto nº. 591 de 07.07.1992 e aprovado pelo decreto legislativo nº. 226 de 12.12.1995. Este parecer afirma a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de nível fundamental, finalizando que é um direito inalienável do homem. Faz uma abordagem da educação de nível médio e o ensino técnico e profissional. Em seguida cita uma parte em que o documento da ONU se refere a Educação de Jovens e Adultos (EJA): “[...] dever-se-á fomentar e intensificar na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária.”

Para melhor situar o leitor é citado abaixo a introdução do texto da CEB (Câmara de Educação Básica) 11/2000:

A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) teve aprovados o Parecer CEB nº 4 em 29 de janeiro de 1998 e o Parecer CEB nº 15 de 1º de junho de 1998 e de cujas homologações, pelo Sr. Ministro de Estado da Educação, resultaram também as respectivas Resoluções CEB nº 2 de 15/4 e CEB nº 3 de 23/6, ambas de 1998. O primeiro conjunto versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e o segundo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Isto significou que, do ponto de vista da normatização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Câmara de Educação Básica respondia à sua atribuição de *deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto* (art. 9º § 1º, c da lei n. 4.024/61, com a versão dada pela Lei n. 9.131/95). Logicamente estas diretrizes se estenderiam e passariam a valer para a **educação de jovens e adultos (EJA), objeto do presente parecer**. A EJA, conforme a Lei 9.394/96, passa a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, passa a gozar de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento conseqüente.

[...]

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Esta observação faz lembrar que a ausência da escolarização não pode e nem deve justificar uma visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou "vacionado" apenas para tarefas e funções "desqualificadas" nos segmentos de mercado. Muitos destes jovens e adultos dentro da pluralidade e diversidade de regiões do país, dentro dos mais diferentes estratos sociais, desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitos outros, a literatura de cordel, o teatro popular, o cancionário regional, os repentistas, as festas populares, as festas religiosas e os registros de memória das culturas afro-brasileira e indígena.<sup>2</sup>

Como diz a professora Magda Soares (1998):

*...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, ..., se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita.* (p. 24).

<sup>2</sup> A excessiva ênfase nos aspectos lacunosos do analfabetismo pode mascarar formas de riqueza cultural e de potencial humano e conduzir a uma metodologia pedagógica mais forte na "ausência de..." do que na presença de aptidões, saberes e na virtualidade das pessoas socialmente estigmatizadas como pouco lógicas ou como destituídas de densidade psicológica.

[...]

Desse modo, a **função reparadora** da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimimento. Como diz o Parecer CNE/CEB nº 4/98:

*Nada mais significativo e importante para a construção da cidadania do que a compreensão de que a cultura não existiria sem a socialização das conquistas humanas. O sujeito anônimo é, na verdade, o grande artesão dos tecidos da história.*

Encontramos também na Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos, de 1997, da qual o Brasil é signatário,

*...a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. (...) O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida..*

[...]

A atual LDB abriga no seu Título V (Dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino), capítulo II (Da Educação Básica) a seção V denominada **Da Educação de Jovens e Adultos**. Os artigos 37 e 38 compõem esta seção. Logo, a EJA é **uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média**. Por isso o art. 37 diz que a EJA *será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria*. Este contingente plural e heterogêneo de jovens e adultos, predominantemente marcado pelo trabalho, é o destinatário primeiro e maior desta modalidade de ensino.

O texto da lei fala de quatro funções da EJA: uma “função reparadora”, uma “função equalizadora”, uma “função ininterrupta ou qualificadora” e uma “função supletiva e redistributiva”. A primeira função diz respeito tanto à restauração ao direito à educação, quanto ao direito à escola de qualidade. A segunda função diz respeito o retorno ao sistema educacional a que têm direitos os que interromperam a educação. A terceira parte do pressuposto de que o desenvolvimento do ser humano é permanente e deve ser estimulado

em seu potencial. A quarta prevê a correção do acesso ao sistema educacional, a qualidade da educação em nível nacional pelo apoio federal através de financiamentos e ações educacionais de estados, municípios e organizações não-governamentais, o fortalecimento de parcerias com os empresários para o desenvolvimento dos sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino, conforme os artigos 9º e 75º da LDB.

O sistema educacional brasileiro está vinculado ao mundo do trabalho, pode se constatar ao ler o parágrafo segundo do artigo primeiro diz: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Onde essa prática social é abrangente e, nos dias de hoje, inerente a educação. Acredita-se que todas as ações conduzidas por um indivíduo em sociedade podem ser denominadas de práticas sociais e não somente as ações relativas ao trabalho. Mais profundamente seria o argumento que dá destaque à oração aos dois termos, em condições de igualdade, ou seja, encontra-se a conjunção “e” ligando o mundo do trabalho a práticas sociais.

No inciso II do artigo 35 que dispõe sobre o Ensino Médio, lê –se: “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.” Neste inciso retoma-se o trabalho como etapa final da educação básica e uma possibilidade de iniciar ações educacionais, a retomada da nomenclatura de ensino médio (consagrada na Lei 4.024/61) passa pela ruptura ambígua, ou seja, do academicismo e profissionalismo. Como etapa terminal da educação básica, o ensino médio posiciona-se na perspectiva de uma escola básica reconceituada a vista da apropriação de inovações



tecnológicas, organizações para tornar firme a essência do conhecimento assegurado por uma formação básica comum e essencial. Continuando, no artigo 41 da LDB, “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.” A lei trata o ensino médio como um conceito completo pleno e pedagogicamente suficiente. A lei é clara: “ O ensino médio, **etapa final da educação básica...**”. Trata de um conceito com identidade epistemológica, com territorialização semântica precisa, segundo Deleuze, com paisagem decifrável (DELEUZE,1987,p.4, grifo nosso).

O parecer CEB 11/2000 cita um outro parecer, o CEB 15/1998 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) e afirma que parte dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos já são trabalhadores:

O trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular (...) O significado desse destaque deve ser devidamente considerado: na medida em que o ensino médio é parte integrante da educação básica e que o trabalho é princípio organizador do currículo, muda inteiramente a noção tradicional da educação geral acadêmica ou, melhor dito, academicista. O trabalho já não é mais limitado ao ensino profissionalizante. Muito ao contrário, a lei reconhece que, nas sociedades contemporâneas, todos, independentemente de sua origem ou destino profissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho...

O parecer CEB 11/2000 cita o parecer CNE/CEB 04/98, que afirma que os conteúdos são integrados à Base Nacional Comum, ou seja, o conteúdo do ensino fundamental e médio é equivalente para a EJA.

### CAPÍTULO III

### METODOLOGIA

Este trabalho iniciou-se por uma pesquisa bibliográfica e foi complementado pela observação de alguns encontros presenciais do grupo de funcionários da UNIRIO oferecido pela própria instituição, obtendo-se os dados através de entrevistas e comunicação entre as orientadoras de aprendizagens, os participantes do grupo e análise do material do TELECURSO 2000 (livros e vídeos).

A proposta metodológica busca estimular e capacitar os estudantes a uma possibilidade da elevação de escolaridade, para contribuir na diminuição da distorção idade/série, possibilitando a certificação no Ensino Médio e posteriormente possam buscar uma melhoria no mercado de trabalho e na faixa salarial.

A metodologia do curso observado, parte do conhecimento que o aluno já possui, para incorporar novos saberes e também habilidades que podem ser imediatamente transferidas para o contexto da vida social e da sua formação pessoal. Desse modo, acredita-se na possibilidade de promover a aceleração da aprendizagem e desenvolver os conteúdos do programa do Telecurso 2000, bem como as questões de cidadania e a capacidade empreendedora de cada um. Esta experiência e o cotidiano do trabalho do aluno serão considerados na organização das atividades de ensino-aprendizagem, buscando sempre articular ensino/trabalho.

O curso foi oferecido na modalidade semi-presencial, a presença não era controlada. O aluno podia participar dos encontros de acordo com a necessidade da disciplina que faltava para a certificação do Ensino Médio.

Na metodologia adotada, o foco do processo de aprendizagem concentrava-se na interação do grupo com o material do curso: vídeos e livros. Em cada tele-aula o grupo assistia a um capítulo do vídeo e realizava as atividades existentes no capítulo correspondente a disciplina que estava sendo estudada. A combinação dos recursos audiovisuais, livro, colaboração grupal e presença de um Orientador de Aprendizagem potencializavam as condições de cada participante para um aprendizado integral.

Cada tele-aula desenvolvia-se a partir de uma estrutura com etapas já definidas buscando favorecer a construção do conhecimento, o desenvolvimento das operações mentais, as atitudes desejáveis do empreendedor e a aplicação dos conhecimentos, pois todas as atividades e aulas foram planejadas para atuar nas dimensões do aprender a pensar, ser, a conviver e a fazer.

Para a certificação, o aluno se inscrevia nas instituições credenciadas pelo Conselho Estadual de Educação, para realizar exames de conclusão para cursos de educação a distância e de presença flexível do ensino fundamental e médio, por meio do Parecer CEE nº. 230, de 26 de setembro de 2001, e da portaria GP/CEE nº. 182, de 28 de setembro de 2001. Na própria instituição que se inscreviam informavam o local, data e horário das provas.

Para cada disciplina era aplicada uma prova com questões de múltipla escolha, a nota mínima exigida para aprovação em cada prova é 50 (cinquenta). As disciplinas do Ensino Médio são: Língua Portuguesa e Literatura, Química, Matemática, Geografia, Física, História e Biologia.

## CAPÍTULO IV

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia do ensino a distância pelas tele-salas tem se expandido no Brasil com uso de tecnologias e a presença de um orientador de aprendizagem para direcionar as atividades.

Acreditando na democratização do ensino, na possibilidade de capacitar os funcionários que não puderam terminar seus estudos nos moldes tradicionais, na redução de tempo e custo no deslocamento dessas pessoas, a facilidade de reunir os alunos no seu próprio local de trabalho, sem nenhum gasto para o educando e uma infra-estrutura adequada fosse os pontos principais para o sucesso do projeto após a abordagem feita pela equipe implementadora do curso.

O objetivo deste trabalho era identificar as causas da evasão do curso oferecido aos funcionários da UNIRIO. O curso foi realizado na tele-sala da CEAD, localizado na UNIRIO, o grupo utilizava o material do Telecurso 2000 com os funcionários que se mostraram interessados em se certificar no Ensino Médio.

Buscou-se encontrar respostas para um grande número de pessoas que inicialmente se mostraram interessadas em continuar seus estudos, em seguida evadiram-se.

Acredita-se que as causas prováveis dessa evasão estão nos aspectos abaixo:

No início da análise do material acreditava-se estar diante de algo inovador, pois o material é apresentado com a construção de um discurso que procura contribuir para minimizar a carência de conhecimentos por parte dos trabalhadores. Esses discursos partem

do princípio de que há uma homogeneização dos aprendentes e a urgente necessidade de elevar o nível educacional dos operários brasileiros.

Durante a análise dos vídeos observou-se que as personagens do TC2000 se dirigem diretamente ao tele-aluno. Em muitos momentos o TC2000 se dirige ao tele-aluno de modo indireto, constituindo o tele-aluno no sujeito do olhar ao passo que as personagens assumem a posição de objeto do olhar do tele-aluno. Durante a apresentação das aulas não se estabelece contato direto, já que a personagem não olha para o telespectador. Essa configuração significa que as personagens não interagem explicitamente com o telespectador, mas entre si ou com objetos como, por exemplo, um computador.

O primeiro aspecto relacionado a evasão acredita-se estar no material que busca persuadir o telespectador, que ao aceitar para si a posição de tele-aluno, estará se envolvendo em um processo democrático de inclusão social. A análise também procura discutir como o material deixa ver o processo de exclusão que está em sua base pelo modo como designa papéis ao elenco de atores.

Também nesta perspectiva procuramos mostrar como o material procura construir um consenso em torno de sua intenção de significar um movimento democrático e, portanto, includente, entretanto, deixa ver traços que apontam para a base excludente que o fundamenta.

Contamos com Hall (1997) para abordarmos o estereótipo como prática de representação constituída através da imagem. A esse respeito, Hall (1997, p.226) afirma que a prática de representação é algo complexo e, especialmente ao lidar com 'diferença', envolve sentimentos, atitudes e emoções e mobiliza medos e ansiedades no espectador de

uma imagem, em níveis mais profundos do que se pode explicar de um modo simples, a partir do senso-comum. Discutimos como o discurso verbal e não-verbal do material funciona no sentido de levar o telespectador a tomar uma atitude em relação a necessidade de estudar para estar inserido no mercado de trabalho, não mostra a necessidade de participar da globalização e dominar as novas tecnologias para se sentir inserido como cidadão.

Na análise do discurso do TC 2000 (FAIRCLOUGH, 2001, p.122-126) percebe-se na realidade a busca de alianças para obter o consentimento das classes subalternas e a manutenção do status quo, baseado em uma relação de dominação/subordinação.

Um conceito pode ser aplicado à análise de discurso, ou seja, a compreensão do TC2000 como um instrumento para a construção de alianças e integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, instaurando-se como meio ideológico, buscar o consentimento dessas classes subalternas e por fim contribuir com a manutenção do status quo que baseado em uma relação de dominação/subordinação.

Estamos, portanto, no campo do saber que gera poder e gera saber em um círculo vicioso. O estereótipo está construído sobre um sistema de classificação, de um saber, e, a partir desse sistema, desse saber, opera sobre a realidade dentro da concepção de Foucault, segundo a qual saber gera poder. O poder, no entanto, circula em cada sujeito, cada comunidade (FOUCAULT, 1982), constituindo cada um como vigia de si mesmo para que não se furte ao cumprimento do dever, de acordo com a ideologia (FOUCAULT, 1987).

Ao estudar a história da educação brasileira percebemos que a estrutura educativa está a serviço de um modelo social e, como dito anteriormente, vê o trabalhador como um recurso a ser utilizado na produção, e não como um cidadão com direitos a serem

observados. A análise encaminhada nesta pesquisa pretende evidenciar essa posição eleita para o modelo educacional vigente pelos grupos sociais governantes de modo a manter seus privilégios à custa da situação de abandono a que submetem muita gente. A análise empreendida nesta pesquisa focaliza a materialização dessa concepção de educação para as massas no discurso do TC2000.

O problema apresentado não é exatamente criticar a educação para o trabalho, mas observar que esse parece ser o único motivo para que o cidadão estude, restringindo muito a dimensão da educação. O projeto TC2000 parte do pressuposto de que a educação em geral, e ele especificamente, deve responder às demandas do mundo do trabalho, sendo o projeto, portanto, um projeto de ordem técnico-pedagógica. A lei, portanto, reforça, pela própria força que tem, a constatação de que o local de trabalho é o mais adequado à aprendizagem.

Portanto o que mais chamou atenção foi o caráter impositivo do programa analisado, entrando em contradição com a proposta do programa. Em sua proposta o trabalhador contemporâneo deve ser empreendedor, criativo, deve cooperar, pensar, ter autonomia, e esses valores não são contemplados durante a ação educativa. Durante as aulas na tele-sala são reafirmados valores tradicionais.

Acredita-se que o segundo aspecto da imensa evasão do curso, estaria relacionada aos horários de trabalho dos cursistas, pois durante o contato com os alunos e as orientadoras de aprendizagens relataram que a necessidade dos funcionários estudarem durante a carga horário do trabalho contribuiu para o afastamento de muitos alunos.

Constatou-se que alguns alunos iam para a tele-sala após o trabalho noturno. O resultado, inevitavelmente, foi uma grande evasão de alunos e uma baixa produtividade.

O terceiro aspecto da evasão foi verificado na forma de avaliação da aprendizagem. Depois de assistir todas as aulas da disciplina oferecida o estudante é submetido a um exame externo. O Telecurso 2000 tem um currículo específico e uma linguagem própria de audiovisual para transmitir o conteúdo, e depois o estudante é submetido a uma avaliação igual a quem teve qualquer outro tipo de formação. Essa avaliação é uma forma de fragmentação do processo de aprendizagem e é classificatória, ou seja, o aluno passa ou é reprovado. Se o aluno for reprovado deverá repetir as mesmas aulas, com os mesmos vídeos e exercícios que fez ao longo do tempo e não foi suficiente para aprendizagem da disciplina.

O Telecurso é estático, não pressupõe mudanças, não tem flexibilidade. Na prática é uma contradição com o que é chamado de autonomia.



**BIBLIOGRAFIA**

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999

BIANCHETTI, R. G. *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

BUFFA, E. Educação e Cidadania Burguesas. In ARROYO, M.; BUFFA, E.; NOSELLA, P. *Educação E Cidadania: Quem Educa O Cidadão?* São Paulo, SP: Cortez, 1987 (edição 2000).

Decreto nº 2494, de 10 fev. 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Disponível em: <[http://www.mec.gov.br/Sesu/ftp/dec\\_2494.doc](http://www.mec.gov.br/Sesu/ftp/dec_2494.doc)>. Acesso em 12 fev. 2000.

DELEUZE, G.; Conversações, Editora 34, 1992.

EDUCAÇÃO, A batalha pela qualidade. *Revista Veja Online*, Edição 1810, 9 jul.2003. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/090703/p\\_053.html](http://veja.abril.com.br/090703/p_053.html). Acesso em: 25 nov. 2005.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1969 (edição 1997).

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975 (edição 1987).

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1982.

FRM – Fundação Roberto Marinho; Sistema Fiesp, *Manual do Orientador de Aprendizagem – Telecurso 2000*. Rio de Janeiro, RJ e São Paulo, SP: Ed. Globo, s.d.

FRM - Fundação Roberto Marinho; Sistema Fiesp. O que é? In: *Telecurso 2000*, <<http://www.telecurso2000.org.br>>. Acesso em setembro de 2005.

GADOTTI, Moacir *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo, SP: Ática, Série Fundamentos, 1987.

- GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.) *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GRUPPI, L. Os Cadernos do Cárcere. In: *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Tradução Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1980.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1992 (edição 1999).
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- MACEDO, E. et al. *Criar Currículo no Cotidiano*. São Paulo, SP: Ed.Cortez, 2002.
- MORAN, J.M.; MANSETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. Educação das Massas: Uma 'Sombra' no Século das Luzes. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Orgs) *Brasil 500 Anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- REIS FILHO, C. *A Educação e a Ilusão Liberal: Origens do Ensino Público Paulista*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1978 (edição 2001).
- SOARES, M. *Alfabetização e letramento*, Contexto, 2003.

**ANEXO A****Entrevista**

1) Todos os alunos procuraram o Telecurso 2000 com o mesmo objetivo?

Sim

Não

2) Se a resposta for não, por favor especifique os objetivos mais freqüentes.

---

---

---

---

3) Qual a faixa etária dos alunos?

---

4) A freqüência é obrigatória?

Sim

Não

5) Os alunos participam das aulas com freqüência?

Sim

Não

6) Se a resposta for não, por favor cite os motivos mais freqüentes.

---

---

---

7) Os alunos fazem as atividades propostas nos livros em casa?

Sim

Não

8) Se a resposta for não, você saberia citar algum motivo?

---

---

---

9) Se você respondeu a pergunta nº 8, como você faz para corrigir as atividades propostas nos livros?

---

---

---

10) Os alunos costumam participar das aulas?

Sim

Não

11) Se a resposta foi não, o que você acha que acontece quando eles não participam?

---

---

---

12) Você acha que os alunos gostam do método utilizado pelo Telecurso 2000, vídeo e livro?

Sim

Não

13) Você acha que os alunos estão interessados em continuar com a participação deste projeto no próximo período?

Sim

Não

## ANEXO B

### A batalha pela qualidade

#### As lições do estudo mundial sobre educação que põe o Brasil na lanterna

Estudos internacionais que comparam o Brasil a outros países são sempre bem-vindos, pois dão aos especialistas brasileiros parâmetros para julgar a eficiência de determinado setor. Na semana passada, a Unesco e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgaram o resultado de um desses estudos comparativos mundiais focado na área da educação, campo em que o Brasil realizou um trabalho de massificação notável na última década. O levantamento comparou estudantes de 41 países em três habilidades básicas: leitura, matemática e ciências. Os organizadores selecionaram um grupo de alunos de escolas públicas e privadas de cada país, todos na faixa dos 15 anos. Os jovens, que no caso brasileiro haviam concluído o ensino fundamental, foram submetidos a uma série de provas. Para desolação dos condutores da educação nacional, o Brasil apresentou um desempenho lamentável. Na prova de leitura, os brasileiros ficaram em 37º lugar, à frente apenas da Macedônia, da Indonésia, da Albânia e do Peru. Em matemática e ciências, em quadragésimo.

Situar-se na lanterninha desse ranking indica uma deficiência estrutural que precisa ser enfrentada. O desempenho dos brasileiros na prova de leitura mostra que nossos estudantes conseguem ler, mas não demonstram capacidade de reter nem de interpretar as palavras. No caso do teste de matemática, os alunos brasileiros apresentam domínio apenas das quatro operações básicas. Vão mal nas operações de maior complexidade, não conseguem identificar formas geométricas e têm dificuldade até para entender o enunciado dos problemas. As perguntas de ciências indicam que o aluno brasileiro possui baixo índice de aproveitamento em conhecimentos gerais.

Uma das principais conclusões da pesquisa é que nenhum país conseguiu obter bons resultados no campo da educação sem fazer investimentos significativos – e bem distribuídos. Os Estados Unidos investem um total de 210 000 reais na educação de cada uma de suas crianças, valor que resulta da soma das despesas públicas efetuadas do dia em que o aluno entra na escola até completar 15 anos. E a Coréia do Sul, sempre ela, aplica 90 000 reais para cada aluno. Se o desempenho tivesse uma relação direta apenas com o volume de despesas per capita, os Estados Unidos teriam aparecido à frente da Coréia. Mas aconteceu o contrário. Apesar da diferença de valores, a Coréia está entre os melhores nos três testes (foi a primeira colocada em ciências) e os Estados Unidos ficaram em 16º lugar numa das provas. A inversão, dizem os especialistas, deve-se à forma mais equilibrada como a Coréia distribui os recursos. O Brasil reúne dois defeitos. O dinheiro é curto (30 000 reais por aluno até os 15 anos) e a distribuição dos valores, heterogênea.

Nos últimos dez anos, houve um salto de quantidade no sistema educacional brasileiro. Praticamente todas as crianças foram matriculadas e se ampliou a oferta de vagas no ensino médio e no superior. No governo anterior, o ministro Paulo Renato Souza organizou um importante sistema de avaliações, que monitora do ensino fundamental

ao superior. Os especialistas asseguram que o Brasil está no rumo certo, mas precisa perseverar para manter os acertos e fazer os ajustes necessários. Os Estados Unidos garantiram o acesso de todas as crianças à escola há mais de 100 anos. A Coreia investe pesado em educação há trinta anos. Resta enfrentar o desafio de oferecer não apenas um lugar em sala de aula mas garantir que as crianças absorvam o que lhes está sendo ensinado.

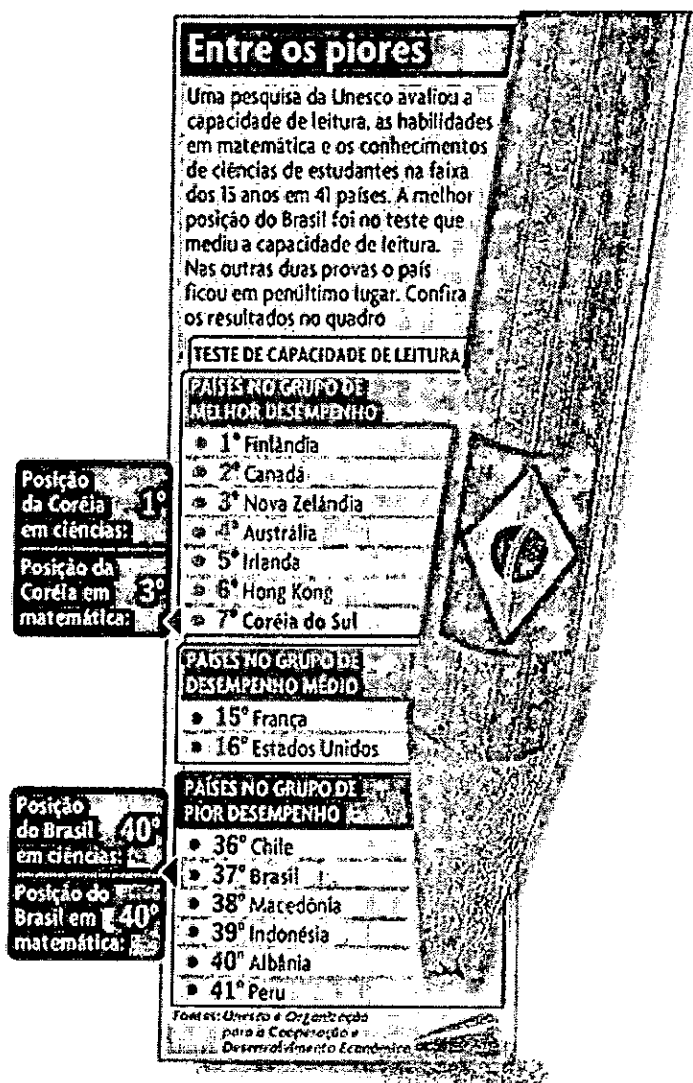


Foto: Eduardo Pozella

Disponível em: [http://veja.abril.com.br/090703/p\\_053.html](http://veja.abril.com.br/090703/p_053.html). Acesso em: 25 nov. 2005.



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

## FICHA RESUMO - ORIENTAÇÕES

Aluno orientando: Luizete da Costa LinharesPeríodo: 8ºProfessor orientador: Gilda GumbachTema / objeto de estudo: Educação a DistânciaPossível título da monografia: Educação Continuada e o  
Selicurso 2000

Eu, Luizete da Costa Linhares,  
aluno (a) do 8º período do Curso de Pedagogia, fui informado (a) de que  
a disciplina Monografia II será avaliada pela entrega da monografia de final de  
Curso, em uma via, bem como pelo recebimento – em data a ser definida no  
primeiro dia de aula – da cópia da monografia e desta Ficha resumo, com os  
quadros de orientação devidamente preenchidos e assinados por mim e pelo  
professor orientador.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2005.





CURSO DE PEDAGOGIA  
DISCIPLINA – MONOGRAFIA

Rio de Janeiro,

TERMO de COMPROMISSO

Gilda Grumbach  
Nome e Titulação do Professor

Venho por meio deste documento, estabelecer um compromisso de orientação monográfica com o acadêmico

Luziete da Costa Linhares  
nome do orientando

do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, para a realização de seu trabalho de final de curso, requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia, procurando atender às especificações e prazos estabelecidos pela Professora Responsável pela disciplina Monografia.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

Gilda Grumbach  
Assinatura do Professor Orientador

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês setembro

Dia	12/09/05	22/09/05		
Observações	orientações	orientações		
Professor				
Aluno				

Mês outubro

Dia	10/10	19/10		
Observações	orientações	correções		
Professor				
Aluno				

Mês novembro

Dia	8/11	22/11		
Observações	orientações	orientações		
Professor				
Aluno				

Mês dezembro

Dia	08/12			
Observações	leitura final			
Professor				
Aluno				



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : Luizete da Costa LinharesTÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Educação Continuada  
e o Telecurso 2000ORIENTADOR : Gilda Gumbach

## FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: Alcides PinheiroNota : 8,0

Considerações:

O trabalho aborda um tema  
relativamente novo no campo  
educacional, que é a expansão  
da educação a distância. Desse

uma reflexão teórica relevante.

No entanto, o estudo de caso proposto ficou pouco desenvolvido, seja pela quantidade reduzida de escrita, seja pelo pouco proposto pela outra.

Trabalho interessante e bem desenvolvido de forma geral.

Segundo avaliador :

Professor orientador :

Nota: 9,0

Considerações:

O trabalho está bem escrito, com ordenação lógica de ideias e boa fundamentação teórica. A metodologia não deixa claro a população e amostra, apenas, dá a entender que não é aplicado nenhum instrumento de pesquisa ao aluno que já se exercitam.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Ligia Kartha Coelho

Nota : 9,0

Considerações:

Bom trabalho, em tempo de entrega

**RESULTADO FINAL**

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
8,0	9,0	9,0	26,0	8,6

Rio de Janeiro, 20/03/2006

(NOME DO/A ALUNO/A)

**(TÍTULO DA MONOGRAFIA)**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

*Gilda*

Prof. (Nome do professor) – Orientador

*Diógenes*

Prof. (Nome do professor/a)

*Bígia Craxina*

Prof. (Nome do professor/a)

Rio de Janeiro  
2005